



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2012

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO
VELHO – IPAM**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

Índice

1. O QUE UM RPPS.....	03
2. EQUILIBIO FINANCEIRO E ATUARIAL DE UM RPPS.....	03
3. CRITÉRIOS LEGAIS.....	04
4. POSIÇÃO ATUAL DO RPPS.....	05
4.1 RESUMO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	06
4.2 RESUMO – CALCULO ATUARIAL (FUNDO I).....	07
4.3 RESUMO – CALCULO ATUARIAL (FUNDO II).....	07
5. META ATUARIAL.....	07
6. MODELO DE GESTÃO.....	08
6.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS.....	08
6.2 AGENTES CUSTODIANTES.....	08
6.3 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS.....	09
6.4 CRITÉRIOS DE DEFINIÇÃO DE RATING.....	09
7. CONTROLE DE RISCOS.....	10
7.1 RISCO DE MERCADO.....	10
7.2 RISCO DE LIQUIDEZ.....	10
7.3 RISCO DE CRÉDITO.....	10
7.4 RISCO DE DESCASAMENTO.....	11
8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APLICAÇÕES E RESGATES.....	11
8.1 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA APLICAÇÃO.....	11
8.2 CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO PARA RESGATE.....	11
9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.....	11
10. CENÁRIOS PROJETADOS.....	12
10.1 CENÁRIO MACROECONÔMICO – ECONOMIA INTERNACIONAL.....	12
10.2 CENÁRIO MACROECONÔMICO – ECONOMIA NACIONAL.....	15
10.3 PROJEÇÕES DE CURTO E MÉDIO PRAZO.....	22
10.4 CENÁRIO PARA 2012.....	22
11. LIMITES PARA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.....	23
11.1 RENDA FIXA.....	23
11.2 RENDA VARIÁVEL.....	25
11.3 IMÓVEIS.....	27
11.4 LIMITES PARA EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE UMA MESMA PESSOA JURIDICA.....	27
12. CARTEIRA PREVISTA DE INVESTIMENTOS – 2012.....	28
12.1 MACRO ALOCAÇÃO.....	28
12.2 MICRO ALOCAÇÃO.....	29
12.3 CENÁRIOS DOS RETORNOS ESPERADOS.....	31
13. VEDAÇÕES.....	31
14. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	32
14.1.VIGÊNCIA.....	32
14.2. REAVALIAÇÕES.....	32
14.3. FORMAS DE DIVULGAÇÃO.....	32
14.4. RESPONSABILIDADE DO GESTOR DE INVESTIMENTOS.....	33
14.5.DELIBERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO E DIRETORIA EXECUTIVA.....	33

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

1. O Que é um RPPS.

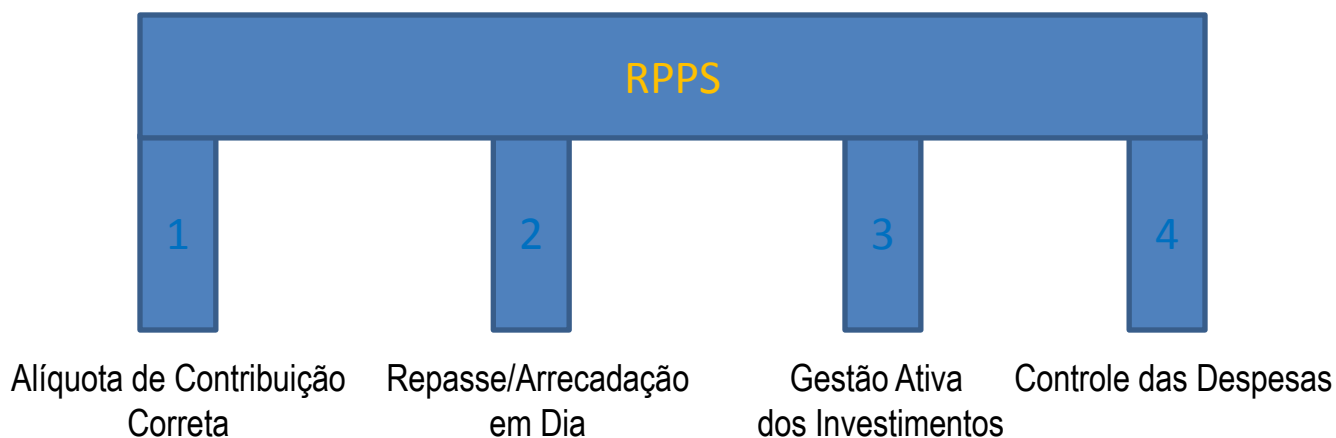
O Regime Próprio de Previdência Social é o sistema que cuida da gestão dos benefícios previdenciários dos servidores de cargo efetivo de um determinado ente (estado ou município.) da Federação. O RPPS fica responsável pela manutenção do poder aquisitivo de um ex-servidor ou de seus dependentes, quando este perde a sua capacidade de trabalho, seja por invalidez, velhice ou falecimento.

2. Equilíbrio financeiro e atuarial de um RPPS

O equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema e do ente é suficiente para custear os benefícios assegurados. Já o equilíbrio atuarial é definido a partir de cálculos atuariais que procuram manter o equilíbrio financeiro durante todo o período de existência do regime de previdência. Este é alcançado quando as alíquotas de contribuição são suficientes para fazer frente a taxa de reposição e o período de duração dos benefícios.

Para se chegar ao equilíbrio atuarial é preciso adotar critérios de gestão, fundamentados em 4 pilares que darão sustentabilidade ao RPPS, tais como:

- Alíquota de Contribuição Correta;
- Repasse/Arrecadação em Dia;
- Gestão Ativa dos Investimentos;
- Controle das Despesas.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

3. Critérios Legais

De acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional, nº. 3.922 de 26 de novembro de 2010, fica definido que:

Subseção II Da Política de Investimentos

Art. 4º Os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social, antes do exercício a que se referir, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar, no mínimo:

I – o modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;

II – a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;

III – os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos nesta Resolução; e

IV – os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica.

§ 1º Justificadamente, a política anual de investimentos poderá ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação.

§ 2º As pessoas naturais contratadas pelas pessoas jurídicas previstas no inciso I deste artigo e que desempenham atividade de avaliação de investimento em valores mobiliários, em caráter profissional, com a finalidade de produzir recomendações, relatórios de acompanhamento e estudos, que auxiliem no processo de tomada de decisão de investimento deverão estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 5º A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

4. Posição atual do RPPS

O IPAM – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, foi criado através da Lei Complementar nº 01 de 23 de Julho de 1990, reformulado pela Lei Complementar nº 227 de 10 de Novembro de 2005 com alterações pela Lei Complementar nº 238 de 23 de Dezembro de 2005 e pela Lei Complementar nº 292 de 11 de Dezembro de 2007. Atualmente reúne 7.339 participantes entre ativos, inativos e pensionistas no Fundo I, e 2.652 participantes no Fundo II.

O RPPS, vem por meio de sua gestão e em parceria com a MAXX CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS elaborar a sua Política de Investimentos para o ano de 2012.

A versão elaborada de tal Política pelo RPPS compreende como um instrumento necessário para garantir a consistência da gestão dos recursos do Instituto no decorrer do tempo e visa o equilíbrio econômico-financeiro entre os seus ativos e passivos.

Destaca-se que a presente política se norteia na transparência, segurança, liquidez e rentabilidade dos ativos. Serve também, como base a todos os normativos internos RPPS. Algumas medidas devem fundamentar a confecção de tal Política, sendo que a primeira a ser adotada para que se trabalhe com parâmetros consistentes refere-se à análise do fluxo atuarial da entidade, ou seja, o seu fluxo de caixa do passivo, levando-se em consideração as reservas técnicas atuariais e as reservas matemáticas projetadas no cálculo atuarial elaborado com data base em **31 de Julho de 2010**, por atuário contratado pelo RPPS .

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro internacional, da análise do panorama político e da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas, tendo como referência as projeções macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

4.1. Resumo – Aplicações Financeiras

(DATA BASE 30/11/2011)

ATIVOS EM R\$	% da Carteira	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates/ Rec. Juros	Saldo Atual
BB RPPS ATUARIAL CONSERVADOR RF PREV.	30,06	52.584.779,10	0,00	0,00	53.605.630,48
BB RPPS ATUARIAL MODERADO PREV.	11,91	19.494.401,14	1.332.387,99	0,00	21.242.226,37
BB RPPS LIQUIDEZ FIC FI RENDA FIXA	12,30	20.272.054,59	3.475.909,00	2.025.342,85	21.930.434,24
BB RPPS RENDA FIXA CONSERVADOR PREV.	3,15	5.469.558,38	49.383,71	0,00	5.615.226,37
CAIXA BRASIL IMA-B TITULOS PUBLICOS RF	27,70	48.411.885,73	0,00	0,00	49.937.488,42
NTN-B VENC. 15/05/2045	0,76	1.354.552,85	0,00	37.014,05	1.353.921,84
SANTANDER FIC FI RF IMA-B TITULOS PUBLICOS	14,12	24.629.464,63	15.890,00	0,00	25.156.447,82
Total	100,00	172.216.696,42	4.873.570,70	2.062.356,90	178.301.375,54

OBS: 1 - As aplicações e Resgates são relativos ao período selecionado.
OBS: 2 - O Saldo atual está acrescido de juros recebidos no período.

Carteira	Enquadramento CMN 3.922/2010	Quantidade / Cota	Valor Cota / PU	Valor Total
BB RPPS ATUARIAL CONSERVADOR RF PREV.	Art. 7º, Inciso I, "b"	23.588.686,542873	2,272514	53.605.630,48
BB RPPS ATUARIAL MODERADO PREV.	Art. 7º, Inciso III	10.604.303,254848	2,003170	21.242.226,37
BB RPPS LIQUIDEZ FIC FI RENDA FIXA	Art. 7º, Inciso I, "b"	17.590.427,908114	1,246725	21.930.434,24
BB RPPS RENDA FIXA CONSERVADOR PREV.	Art. 7º, Inciso I, "b"	2.364.606,220908	2,374698	5.615.226,37
CAIXA BRASIL IMA-B TITULOS PUBLICOS RF	Art. 7º, Inciso I, "b"	38.426.553,641261	1,285504	49.937.488,42
NTN-B VENC. 15/05/2045	Art. 7º, Inciso I, "a"	600,000000	2.256,536402	1.353.921,84
SANTANDER FIC FI RF IMA-B TIT. PUBLICOS	Art. 7º, Inciso I, "b"	187.422,346919	134,223310	25.156.447,82

Rentabilidades em % (pela TIR)	No Mês	%IMA-B	%CDI	%TMA	Out.	Set.	No Ano	%IMA-B	%CDI	%TMA
CARTEIRA	1,92	94,64	223,10	194,29	1,53	0,63	14,21	96,31	134,08	121,04
IMA-B	2,02	100,00	235,72	205,28	1,55	0,66	14,75	100,00	139,21	125,68
CDI- Média das operações interbancárias	0,86	42,42	100,00	87,09	0,88	0,94	10,59	71,83	100,00	90,28
TMA – IPCA + 6%	0,99	48,71	114,83	100,00	0,90	1,02	11,74	79,57	110,77	100,00

Rentabilidades (Em %)	No Mês	%IMA-B	%CDI	%TMA	Out.	Set.	No Ano	%IMA-B	%CDI	%TMA
BB RPPS ATUARIAL CONSERVADOR RF PREV.	1,94	95,92	226,10	196,91	1,53	0,66	14,45	97,98	136,40	123,14
BB RPPS ATUARIAL MODERADO PREV.	2,03	100,15	236,08	205,60	1,62	0,66	14,14	95,89	133,49	120,51
BB RPPS LIQUIDEZ FIC FI RENDA FIXA	0,95	46,96	110,69	96,40	0,79	1,27	11,35	76,96	107,14	96,73
BB RPPS RENDA FIXA CONSERVADOR PREV.	1,75	86,56	204,03	177,69	0,96	1,50	13,91	94,28	131,25	118,49
CAIXA BRASIL IMA-B TITULOS PUBLICOS RF	2,04	100,59	237,11	206,49	1,69	0,39	15,26	103,44	144,00	130,00
NTN-B VENC. 15/05/2045	2,58	127,48	300,49	261,69	2,98	-1,14	11,16	75,69	105,37	95,12
SANTANDER FIC FI RF IMA-B TIT. PUBLICOS	2,07	102,49	241,58	210,39	1,53	0,45	14,25	96,62	134,51	121,43
IMA-B	2,02	100,00	235,72	205,28	1,55	0,66	14,75	100,00	139,21	125,68
CDI- Média das operações interbancárias	0,86	42,42	100,00	87,09	0,88	0,94	10,59	71,83	100,00	90,28
TMA – IPCA + 6%	0,99	48,71	114,83	100,00	0,90	1,02	11,74	79,57	110,77	100,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

4.2. Resumo – Cálculo Atuarial (Fundo I)

IDADE MÉDIA DOS SERVIDORES ATIVOS	44,26 ANOS
SERVIDORES ATIVOS	6.319
APOSENTADOS	641
PENSIONISTAS	379
TOTAL	7.339
VPBF - VALOR PRESENTE BENEFÍCIOS FUTUROS	(1.049.059.088,33)
VPCF - VALOR PRESENTE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	237.517.019,08
ATIVOS FINANCEIROS	116.593.192,18
COMPREV + CREDITOS A RECEBER	74.275.621,81
DÍVIDA CONFESSADA EM PAGAMENTO	176.865.753,73
RESERVA MATEMÁTICA (DÉFICIT) = 42,31%	(443.807.501,53)

4.3. Resumo – Cálculo Atuarial (Fundo II)

IDADE MÉDIA DOS SERVIDORES ATIVOS	32,82 ANOS
SERVIDORES ATIVOS	2.652
APOSENTADOS	0
PENSIONISTAS	0
TOTAL	2.652
VPBF - VALOR PRESENTE BENEFÍCIOS FUTUROS	(106.900.806,76)
VPCF - VALOR PRESENTE CONTRIBUIÇÕES FUTURAS	100.966.642,22
ATIVOS FINANCEIROS	7.466.522,90
COMPREV + CREDITOS A RECEBER	0
DÍVIDA CONFESSADA EM PAGAMENTO	0
RESERVA MATEMÁTICA (SUPERÁVIT) = 1,43%	(1.532.358,35)

5. Meta Atuarial

A gestão da alocação para o exercício de 2012 entre os Segmentos, têm o objetivo de garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações do IPAM, através da superação da taxa da meta atuarial (TMA), que é igual à variação do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 6% a.a.** calculada pelos dias úteis do mês, base 252 dias úteis no ano, para evitar distorções com as análises e comparações de rentabilidade dos ativos que compõe a carteira, Além disso, ela complementa a alocação estratégica, fazendo as rotações táticas necessárias para adaptar a alocação de ativos às mudanças no mercado financeiro.

A definição estratégica das faixas de alocação foi feita qualitativamente, com base nas características gerais de idade média dos participantes, situação atuarial e ainda, com base na TMA acima mencionada e na expectativa de comportamento dos ativos financeiros a longo prazo.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

6. Modelo de Gestão

No intuito de alcançar determinada taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, o modelo de gestão adotado é o da **GESTÃO PRÓPRIA**. A estratégia de investimento prevê sua diversificação, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores etc; visando, igualmente, a otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

O IPAM poderá contratar consultoria de valores mobiliários desde que credenciada junto a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), especializada em investimentos junto aos IPAM e sem vínculo com instituição financeira, para orientação em relação ao seu portfólio, avaliação e emissão de nota técnica correlato aos seus investimentos e principais riscos ao qual esta exposto.

Sempre serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do Instituto, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos, não só focada no curto e médio prazo, mas, principalmente, no longo prazo.

6.1. Critérios de Avaliação dos Agentes Financeiros

A escolha das instituições financeiras gestoras de recursos, via Fundos de Investimentos Financeiros abertos e das instituições intermediadoras, as quais deverão, obrigatoriamente, operar no mercado financeiro com autorização do Banco Central (BACEN) e/ou da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), deverão estar credenciado junto ao IPAM, de acordo com o **Processo de habilitação para Credenciamento e Seleção de Gestores, implantada pela diretoria executiva em conjunto com o conselho de administração.**

6.2. Agentes Custodiantes

De acordo com o Art. 17 da Resolução CMN Nº 3.922/2010, salvo para aplicações realizadas por meio de fundos de investimentos, a atividade de agente custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável deve ser exercida por pessoas jurídicas registradas na Comissão de Valores Mobiliários.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

6.3. Critérios de Avaliação dos Investimentos

Os investimentos serão definidos com base na avaliação risco / retorno / liquidez no contexto do portfólio global do mercado, devendo apresentar:

Para cotas de fundos de investimentos:

- Um patrimônio acima de **R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**;
- A **rentabilidade** apresentada, em um período mínimo de **12 (doze) meses**, deve alcançar no mínimo **100% (cem por cento)** da taxa de meta atuarial (TMA);

Para investimentos em Títulos Públicos:

- A **rentabilidade** apresentada deverá ser no mínimo, **superior a taxa da meta atuarial (TMA)**, observando o casamento do vencimento com o passivo atuarial. A negociação terá como parâmetro a taxa indicativa divulgada diariamente pela Ambima do dia anterior à comercialização e, com o túnel máximo de 0,25 BPS para cima ou para baixo, utilizando obrigatoriamente plataforma eletrônica.

6.4. Critérios de Definição de Rating

Para avaliação dos fundos de investimentos, que possuem crédito privado em sua composição, deverão ser classificados como de baixo risco de crédito, ou seja, aqueles enquadrados como **“Investment Grade”**, fundamentadas em classificações de risco (rating) no **mínimo “BBB+”** conferidas preferencialmente pelas seguintes agências:

CLASSIFICAÇÃO DE RATINGS DE CRÉDITO (EMPRESAS DE RATING)

STANDARD & POORS		MOODY'S		FITCH IBCA		LF RATING	SR RATING	GARANTIAS	RISCO	GRAU
Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	AAA	AAA	Máxima	Quase Nulo	I N V E S T I M E N T O
						AAA	AAA			
A1+	AA+	P 1	Aaa	F 1 +	AAA	AA+	AA+	Muito Fortes	Muito Baixo	S
						AA	AA			
A1	AA-	P 2	Aa1	F 1	AA-	A+	A+	Fortes	Baixo	T
						A	A			
A2	A-	P 3	Aa2	F 2	A-	A-	A-	Adequadas	Módico	I M T
						BBB+	BBB+			
A3	BBB	Not Prime	Baa1	F 3	BBB+	BBB	BBB	Modestas	Mediano	E S P E C U L A T I V O
						BBB-	BBB-			
B	BB	B	Ba2	B	BB	BB+	BB+	Insuficiente	Alto	C
						BB	BB			
C	BB-	C	Ba3	C	BB-	B+	B+	Traços de Default	Muito Alto	L
						B	B			
D	B+	D	B1	D	B-	B	B	Default Provável	Extremo	A
						B-	B-			
D	B	D	B2	D	B-	B-	B-	Default Iminente	Máximo	T
						B-	B-			
D	B-	D	B3	D	B-	CCC (+/-)	CCC	Inadimplente	Perda	
						Caa	CC (+/-)			
D	B-	D	Ca	D	C	C	C			
						C	D e E			
D	B-	D	D	D	D	CC (+/-)	CC			
						CC				
D	B-	D	D	D	D	C (+/-)	C			
						D e E				

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

7. Controle de Riscos

O RPPS adotará como critério para avaliação dos fundos de investimentos, **nível máximo de Valor em Risco (VaR), de 5% (cinco por cento) para um VaR com 95% de confiabilidade, na média dos últimos 12 meses. Para renda variável adotará o Índice Sharpe médio dos últimos 12 meses, com tolerância máxima de 5% (cinco por cento).**

7.1. Risco de Mercado

O risco de mercado depende do comportamento do preço do ativo em função das condições de mercado. Para entender e medir possíveis perdas devido às flutuações do mercado, seria importante identificar e quantificar fatores que impactam a dinâmica do preço ativo. Pode ser subdividido em algumas grandes áreas, como acionárias, câmbio, juros e mercadorias (*commodities*).

O controle de risco de mercado é feito com base nos limites estabelecidos na legislação aplicável e complementado nessas diretrizes de investimento. O risco de mercado é estimado, empregando-se determinadas medidas estatísticas de probabilidade e correlação para calcular os riscos de cada instrumento e agregá-los para o cálculo de risco de uma carteira. Essas medidas são, basicamente, o desvio-padrão dos ativos e as variâncias e covariâncias, como medidas de correlação entre os retornos dos ativos da carteira.

7.2. Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como o risco de perdas devido à incapacidade de desfazer rapidamente uma posição, ou obter financiamento, devido às condições de mercado. Como exemplos de risco de liquidez podem-se mencionar as operações com carteiras de Eurobands brasileiros, ações de segunda e terceira linhas, alguns contratos futuros negociados na BM&F etc.; outros ajustes de margem que venham a consumir a liquidez da instituição.

7.3. Risco de Crédito

O risco de crédito está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. Perdas, neste contexto, correspondente aos recursos que poderão não ser recebidos. Quando uma empresa sofre redução do seu *rating* de crédito, a elevação do seu risco percebido é notada e o valor dos seus papéis negociados em mercados secundários é reduzido, em decorrência da elevação da taxa de desconto dos títulos. A deterioração do crédito pode provocar perdas, ainda que a situação de inadimplência não tenha se verificado de fato.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

7.4. Risco de Descasamento (Ativo / Passivo)

Para que os retornos esperados se concretizem é necessário o acompanhamento do desempenho das aplicações selecionados pelos Gestores do RPPS. Para tanto, a empresa de consultoria fará a medição dos resultados, utilizando as informações atuariais para o casamento entre o passivo e o ativos, priorizando a liquidez, risco e retorno dos investimentos do Instituto.

8. Critérios de Avaliação de Aplicações e Resgates

8.1. Critérios de Avaliação para Aplicação

Na aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social em títulos e valores mobiliários, conforme disposto nos Art 7º, 8º e 9º da Resolução 3922/2010, o responsável pela gestão deverá aplicar o processo de habilitação para credenciamento disponível no site do Instituto, observar os critérios desta Política de Investimento, adotando elevado padrão técnico e transparência como referência, antes do efetivo fechamento da operação. Observar ainda os seguintes pontos em relação ao fundos: Para cotas de fundos de investimentos **abertos**: se faz necessário ter um patrimônio acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); A rentabilidade apresentada, em um período mínimo de 12 (doze) meses, devesse ter alcançado no mínimo 100% (cem por cento) da taxa de meta atuarial (TMA); Para os fundos de investimentos **Fechados** devesse ter Um patrimônio acima de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); A rentabilidade anual acima da taxa de meta atuarial (TMA);

8.2. Critérios de Avaliação para Resgates

Os recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados no mercado financeiro, que estejam em desacordo com o estabelecido na Resolução 3922/2010, desenquadrado com esta Política de Investimentos e/ou com rentabilidade abaixo das expectativas nas avaliações e análises que poderão ser realocados dentro dos critérios do mercado financeiro, a fim de preservar a o capital investido do Instituto e a superação da sua meta atuarial (TMA).

9. Critérios de Avaliação do Desempenho

A avaliação de desempenho do RPPS será feita pelo Conselho Municipal de Previdência Social, juntamente com a Diretoria Executiva, mensalmente, elaborando relatórios mensais e trimestrais detalhados, ao final de cada período a que se referir, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas pelo IPAM. Trimestralmente, no mínimo, elaborar o relatório de avaliação do desempenho, adotando de imediato, medidas cabíveis no caso da constatação de performance insatisfatória.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

10. Cenários Projetados

10.1 Cenário Macroeconômico - Economia Internacional

As perspectivas de desaceleração da economia mundial se intensificaram, registrando-se, no início do quarto trimestre de 2011, maior desaceleração na indústria chinesa, redução nas encomendas de bens nos EUA e consolidação do quadro de fragilidade financeira na Europa. A indefinição em relação às medidas a serem adotadas pelas economias européias tem implicado aumento da instabilidade e desconfianças sobre a solidez dos bancos. Nesse cenário, intensificam-se o movimento de aversão ao risco e as revisões pessimistas em relação à atividade econômica global para 2012. Nesse cenário, embora nos EUA o consumo volte a mostrar sinais favoráveis; no Japão, as ações de reconstrução e a recuperação das linhas de produção pós-catástrofe favoreçam o ritmo da atividade; e, na China, o crescimento ainda tenha impactado apenas marginalmente, a economia da Área do Euro registra desaceleração importante, processo que, em ambiente de alta volatilidade nos mercados financeiros, tende a manter o viés desinflacionário para a economia mundial

A trajetória do PIB americano registrou crescimento anualizado de 2% no trimestre encerrado em setembro de 2011, ante 1,3% naquele finalizado em junho, com ênfase nas expansões assinaladas no consumo das famílias, 2,3%, e na formação bruta de capital fixo, 14,8%. As exportações cresceram 4,3% e as importações, 0,5%, resultando em contribuição de 0,5 p.p. do setor externo para o crescimento do PIB no trimestre. Isso favoreceu a criação líquida de 414 mil postos de trabalho não rurais no trimestre encerrado em outubro de 2011, mês em que a taxa de desemprego recuou para 9%. A evolução do consumo, que registrou elevações mensais de 0,1% em outubro e de 0,5% em setembro, refletiu tanto a melhora no índice de sentimento do consumidor, que atingiu 64,1 pontos em novembro, quanto o recuo da razão poupança sobre renda, que alcançou 3,5% em outubro. A evolução dos PMI's e dos estoques seguem apontando perspectiva de modesta recuperação do setor privado nos EUA.

O crescimento anualizado do PIB da Área do Euro teve o seu pior desempenho desde o segundo trimestre de 2009 e atingiu 0,6% no trimestre encerrado em setembro de 2011, ante 0,7% e 3,1%, respectivamente, naqueles finalizados em junho e em março. Ocorreram elevações no consumo das famílias, 1,2%, e nos investimentos, 0,4%, e retração de 0,1% nos gastos do governo. As exportações elevaram-se 6,2% e as importações, 4,5%, ante aumentos respectivos de 4,6% e 1,3%, no segundo trimestre de 2011. Ressalte-se que os produtos da Alemanha e da França aumentaram, na ordem, 2% e 1,6%, no trimestre, contrastando com o recuo de 2,3% assinalado em Portugal. O PIB da Espanha registrou estabilidade, no período. As incertezas políticas e a crise fiscal em países membros do bloco têm fortalecido a perspectiva de continuidade desse fraco desempenho no quarto trimestre de 2011. Nesse sentido, a Comissão Europeia estimou, em outubro último, que o PIB do bloco deverá registrar aumentos de 0,5% em 2012, ante projeções de 1,8%, em maio. A deterioração da atividade é evidenciada pela manutenção da trajetória crescente dos estoques da indústria, iniciada em junho; e pela retração, desde maio, no respectivo PMI.

A variação anualizada do PIB do Reino Unido atingiu 2% no trimestre encerrado em setembro 2011, ante 0,4% naquele terminado em junho, com ênfase na contribuição do setor de serviços, que responde por 76% do PIB local. A taxa de desemprego, em trajetória crescente, atingiu 8,3% no trimestre encerrado em outubro, pior resultado desde o trimestre encerrado em janeiro de 1996. Embora o PMI registrasse aumento de 0,4 p.p., para 51 pontos, em novembro, o índice de manufatura recuou 0,2 p.p. no mês, atingindo 47,6 pontos, menor patamar desde julho de 2009.

No Japão, depois de assinalar dois recuos consecutivos, o PIB registrou crescimento anualizado de 5,6% no trimestre encerrado em setembro 2011. O consumo privado, em trajetória de expansão, cresceu 3%, enquanto os investimentos residenciais, o consumo do governo e os investimentos públicos experimentaram variações respectivas de 22,4%, 0,2% e -3,9%. As exportações aumentaram 32,7%, contribuindo com 4,4 p.p. para a expansão trimestral do PIB, e as importações elevaram-se 14,9%. Segundo avaliação dos gerentes de compra, o ritmo da atividade continuou se fortalecendo em outubro, quando o PMI da indústria totalizou 50,6 pontos, e o índice composto, 52,4 pontos, maior valor da série histórica.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

O PIB da China apresentou variação anualizada de 9,5% no trimestre encerrado em setembro 2011, ante 10% naquele finalizado em junho do mesmo ano, enquanto, consideradas variações interanuais, o crescimento do PIB atingiu 9,1% e 9,5%, respectivamente, nos trimestres mencionados. Na margem, as vendas no varejo, os investimentos em ativos fixos e a produção industrial registraram aumentos mensais de 1,3%, 1,2% e 0,9% em outubro, ante 1,3%, 0,1% e 1,1% em setembro.

A dinâmica da inflação mundial continua em parte condicionada pelo comportamento dos preços das *commodities*. O recente recuo desses preços, aliado a perspectivas menos favoráveis para a atividade global, contribuiu para o início da reversão da tendência inflacionária predominante até setembro. Nesse contexto, os bancos centrais das economias desenvolvidas sustentaram taxas de juro em níveis excepcionalmente baixos, enquanto nas economias emergentes, à exceção da Índia, Colômbia e Hungria, confirmou-se a interrupção do processo de restrição das condições monetárias, com os bancos centrais da África do Sul, Tailândia, Indonésia e Brasil reduzindo suas respectivas taxas.

O Banco do Canadá (BoC), o Banco da Inglaterra(BoE), o Banco do Japão (BoJ), o Banco Central Europeu(BCE) e o Banco Nacional da Suíça (BNS) divulgaram ações coordenadas para aumentar e diversificar a provisão de liquidez ao sistema financeiro global. Com vigência a partir de 5 de dezembro de 2011, as autoridades monetárias acordaram a redução, em 50pb, nas taxas das operações de *swap* de liquidez em dólar, prorrogadas até 1º de fevereiro de 2013. Desse modo, a nova taxa equivalerá à taxa do *Overnight Index Swap* (OIS), acrescida de 50 p.b. Adicionalmente, os referidos bancos centrais estabeleceram, também com validade até 1º de fevereiro de 2013, linhas de *swaps* bilaterais de liquidez em quaisquer das respectivas moedas.

Nos EUA, em consonância com um cenário inflacionário mais benigno, os preços ao consumidor apresentaram os primeiros sinais de desaceleração desde meados de 2010. Evidenciando a menor variação nos preços da energia, que registraram alta anual de 14,2% em outubro, ante 21,5% em maio, a variação anual do IPC atingiu 3,5% em outubro, ante 3,9% em setembro. Em oposição, a variação anual do núcleo do IPC, que exclui alimentos e energia, atingiu 2,1% em outubro 2011, maior valor nos últimos três anos. Nesse contexto, na reunião de 2 de novembro, o Fed manteve a meta para a taxa dos *fed funds* no intervalo entre 0 e 0,25%, bem como a avaliação feita em agosto, de que o ritmo lento de crescimento e o fraco desempenho do mercado de trabalho devem justificar a manutenção da taxa básica em patamar excepcionalmente baixo até, pelo menos, meados de 2013. Destaque-se que na reunião de setembro 2011, o Fed já havia anunciado novas medidas extraordinárias. Por meio da chamada Operação *Twist*, a autoridade monetária pretende adquirir, até o final de junho de 2012, US\$400 bilhões em títulos de longo prazo do Tesouro, em permuta com títulos de curto prazo e de igual montante. Adicionalmente, anunciou a disposição de reinvestir os vencimentos das dívidas de agências hipotecárias e dos títulos hipotecários por elas emitidos nesses mesmos títulos hipotecários, e de rolar integralmente os títulos vencidos do Tesouro.

Em meio à deterioração adicional das perspectivas de crescimento na Área do Euro, o BCE reduziu, na reunião de 3 de novembro, a taxa de juros em 25 p.b., para 1,25%, a despeito da variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Harmonizado (IPCH), que atingiu 3,0% em outubro, maior patamar em três anos. Destaque-se que, com o agravamento da crise da dívida soberana, as compras de bônus governamentais no mercado secundário foram reabertas pelo BCE em agosto. Adicionalmente, operações de refinanciamento foram aprimoradas para prover liquidez ilimitada em euro e dólar.

No Reino Unido, a inflação acumulada em doze meses, depois de atingir 5,2% em setembro, a maior em três anos, recuou para 5,0% em outubro 2011. Segundo o BoE, essa trajetória deverá ser intensificada ao longo do próximo ano, à medida em que, em cenário de elevados desemprego e capacidade ociosa, dissipem-se os fatores temporários responsáveis pela aceleração inflacionária – alta nos preços de energia e bens importados, além do impacto diferido do aumento do Imposto de Valor Agregado (IVA) em janeiro de 2011. Nesse contexto, o BoE manteve a taxa básica de juro em 0,5%, valor vigente desde março de 2009, e ampliou, em outubro, o programa de compra de ativos em £75 bilhões, para £275 bilhões, volume a ser integralizado em 4 meses.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

No Japão, a inflação ao consumidor apresentou variação anual de -0,2% em outubro. A oscilação de $\pm 0,2\%$ ao longo do último trimestre deve, segundo o BoJ, manter-se no curto prazo, embora riscos de baixa, decorrentes do declínio das expectativas de médio e longo prazos, afetadas pela desaceleração da atividade econômica global, não sejam desconsideradas pela autoridade monetária. Nesse quadro de incertezas, o BoJ reafirmou seu compromisso com a política de taxa de juro nula até que se assegure a estabilidade de preços – inflação anual de até 2%, centrada em 1%. Adicionalmente, decidiu, em 27 de outubro, pela ampliação de seu programa de compra de ativos em ¥5 trilhões, totalizando ¥55 trilhões.

A inflação ao consumidor na China, em moderação desde agosto, recuou a 5,5% em outubro, depois de ter atingido 6,5% em julho. Essa redução se explica, em parte, pela desaceleração dos preços de alimentos, com a taxa anual de variação passando de 14,8% em julho para 11,9% em outubro. Apesar do cenário desinflacionário, o Banco do Povo da China (BPC) manteve, até o final de novembro, tanto a taxa para empréstimo de capital de giro de um ano em 6,56%, valor estabelecido em julho de 2011, quanto, desde junho, as taxas de recolhimento compulsório para pequenos e grandes bancos, pela ordem, em 19,5% e 21,5%.

O comportamento dos mercados financeiros foi condicionado, no trimestre encerrado em novembro, pelo aprofundamento das desconfiças em relação à situação fiscal e bancária européia e pelo rebaixamento nas expectativas de crescimento global. Esse cenário resultou em momentos de grande volatilidade no preço dos ativos financeiros, apreciação do dólar, aumento do risco soberano de países europeus com desequilíbrios fiscais mais acentuados, redução nos rendimentos de títulos soberanos norte-americanos, além de aumento das tensões no mercado interbancário da Europa. Em outubro 2011, após autoridades européias garantirem a permanência da Grécia na Área do Euro e indicarem a intenção de solucionar a crise da dívida do continente, o que envolveria plano para recapitalização do setor bancário, aumento da alavancagem do *European Financial Stability Facility* (EFSF) e *haircut* voluntário de 50% na dívida grega detida pelo setor privado, houve diminuição da aversão ao risco. No entanto, em novembro 2011, a falta de definição sobre os detalhes das medidas favoreceu a reversão dessa tendência, não obstante, nos últimos quatro dias do mês, ocorresse pronunciado recuo da versão ao risco devido ao aumento da confiança em uma solução negociada para a crise europeia, contribuindo para que os mercados acionários recuperassem as perdas iniciadas no início do trimestre. Cabe salientar que, a exemplo do ocorrido nos trimestres anteriores de 2011, os setores financeiros dos EUA e da Europa continuaram sob intensa pressão, capitaneando as perdas nos momentos de maior volatilidade.

Evidenciando a busca por ativos de maior qualidade no mercado de dívida soberana, os rendimentos anuais dos títulos de dez anos dos EUA mantiveram o movimento de recuo iniciado em maio 2011, atingindo 2,07% ao final de novembro, ante 2,22% ao final de agosto. Os papeis da Alemanha e do Reino Unido registraram variações respectivas de 0,06 p.p. e de -0,29 p.p., no período. Ressalte-se que, evidenciando dificuldades de financiamento no mercado de dívida soberana na Área do Euro, os rendimentos dos papéis de longo prazo da região aumentaram no trimestre, com ênfase na expansão de 0,60 p.p., para 3,52%, nos rendimentos dos títulos da França. Em contexto de ampliação da aversão ao risco, o BCE manteve as compras, reiniciadas em agosto, de bônus soberano no mercado secundário, em especial dos papéis de Itália e Espanha. Não obstante, ampliou-se a percepção de que os mecanismos à disposição da União Europeia seriam insuficientes para conter as tensões caso as dificuldades de Espanha e Itália continuem se agravando, o que se refletiu na trajetória dos prêmios de risco soberano medidos pelos *Credit Default Swaps* (CDS). Os CDS associados a Portugal, Itália, Espanha e França registraram valores recordes no decorrer de novembro 2011, quando se elevaram, na ordem, 142 p.b., 126 p.b., 51 p.b. e 46 p.b., para 1.060 p.b., 487 p.b., 408 p.b. e 200 p.b., respectivamente. Os CDS da Grécia ultrapassaram 8.000 p.b. O indicador de risco soberano *Emerging Markets Bonds Index plus* (Embi+) também apresentou deterioração no período. Em que pesem a melhor situação fiscal dos mercados emergentes e seu desempenho econômico mais favorável, o indicador atingiu 371 p.b. ao final de novembro, ante 322 p.b. ao final de agosto 2011, enquanto o índice associado ao Brasil aumentou 34 p.b., para 228 p.b.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

Nos mercados cambiais, refletindo o movimento de aversão ao risco, o dólar dos EUA registrou apreciações em relação ao euro, 6,9%; à libra esterlina, 3,5%; e ao iene, 1,3%. No âmbito das economias emergentes, a cotação da moeda dos EUA valorizou-se comparativamente ao real, 13,8%; ao rublo russo, 6,5%; e à rupia indiana, 13,3%; e manteve-se estável em relação ao yuan chinês. Refletindo a crise fiscal na Europa e as incertezas quanto à intensidade da desaceleração econômica na China, os preços internacionais das *commodities* apresentaram forte volatilidade e trajetória decrescente ao longo do trimestre encerrado em novembro. Apesar desse ambiente, refletindo a depreciação do real no período, o Índice *Commodities* – Brasil (IC-Br)⁸, calculado pelo Banco Central, aumentou 2,51% no trimestre, com variações respectivas de 4,23%, -5,46% e 7,34% nos subíndices relativos aos segmentos de *commodities* agropecuárias, metálicas e energéticas.

Os preços das *commodities* agropecuárias apresentaram tendência declinante nos mercados internacionais, reflexo das condições de oferta de diversos desses produtos e, principalmente, da intensificação da aversão ao risco nos mercados financeiros. Nesse contexto, considerando o índice da *S&P* e *Goldman Sachs*, os preços médios mensais do trigo, açúcar, soja, milho, café e algodão registraram recuos respectivos de 15,6%, 15,1%, 14,5%, 12,4%, 9,7% e 7,5% em novembro 2011, em relação a agosto. O recuo nos preços das *commodities* metálicas refletiu a deterioração das perspectivas de crescimento da economia global, as incertezas quanto à intensidade da desaceleração econômica na China e o aumento da aversão ao risco nos mercados financeiros. Nesse cenário, de acordo com o índice da *S&P* e *Goldman Sachs*, registraram-se, na mesma base de comparação, reduções nas cotações médias mensais do níquel, 18,1%; chumbo, 16,2%; cobre, 15,5%; zinco, 12,5%; e alumínio, 12,6%. O preço médio mensal do minério de ferro de teor 63,5% no mercado à vista chinês recuou 23,2% em novembro 2011, em relação a agosto, de acordo com o *Metal Bulletin*. Esse movimento foi influenciado pelo enfraquecimento da demanda das siderúrgicas chinesas que, além de reduzirem a produção de aço, passaram a priorizar o emprego de seus estoques de minério, em meio a incertezas quanto ao desempenho futuro do setor de construção civil. Consideradas médias trimestrais, o preço do minério recuou 10,2% no período encerrado em novembro 2011, em relação ao finalizado em agosto, evolução que será referência para o reajuste do valor contratual no primeiro trimestre de 2012.

A deterioração das expectativas relacionadas à atividade econômica global voltou a afetar os preços do petróleo. Em meio à elevada volatilidade no período, os preços do petróleo *West Texas Intermediate* (WTI) e *Brent* apresentaram tendência declinante ao longo do terceiro trimestre de 2011, tendência ampliada para o WTI em função de dificuldades de escoamento em Oklahoma (EUA). No entanto, a partir de outubro, devido ao aumento do escoamento do petróleo naquela região, por meios alternativos aos oleodutos, como o transporte ferroviário, o *spread* entre o *Brent* e o WTI passou a diminuir. Adicionalmente, em meados de novembro 2011, com a perspectiva de que o fluxo de um importante oleoduto da região seja revertido no segundo trimestre de 2012, viabilizando o incremento da vazão, observou-se a intensificação do estreitamento do *spread* entre os preços dos dois tipos de petróleo. Neste sentido, as cotações dos barris dos tipos *Brent* e WTI oscilaram de US\$115,21 e US\$88,81, em 31 de agosto de 2011, para US\$111,32 e US\$100,36, respectivamente, em 30 de novembro de 2011. Consideradas médias mensais, os preços variaram, pela ordem, de US\$110,08 e US\$86,32, em agosto, para US\$110,50 e US\$97,12, em novembro de 2011.

10.2 Cenário Macroeconômico - Economia Nacional

No Brasil, a atividade econômica registrou estabilidade no terceiro trimestre de 2011, relativamente ao trimestre anterior, ratificando o movimento de moderação do crescimento econômico desde o final de 2010. Essa dinâmica reflete tanto a moderação da demanda doméstica, decorrente das ações de política implementadas desde o final do ano 2010, quanto os efeitos da deterioração do ambiente econômico internacional, sobretudo pelos eventos recentes observados na Área do Euro. Embora esteja em curso moderação da expansão da demanda doméstica, ainda são favoráveis as perspectivas para a atividade econômica. Vale ressaltar que a persistência de condições propícias nos mercados de trabalho e de crédito, a manutenção das transferências no âmbito dos programas sociais do governo e a melhora nos indicadores de confiança do consumidor suportam essa avaliação. As vendas

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

do comércio ampliado recuaram 1,5% no trimestre encerrado em outubro 2011, em relação ao finalizado em julho, quando haviam crescido 1,4%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destacaram-se, no período, os recuos nas vendas de automóveis, motocicletas, partes e peças, 5,6%; e de tecidos, vestuário e calçados, 3,5%, e as elevações nas relativas a livros, jornais, revistas e papelaria, 2,2%; móveis e eletrodomésticos, 2% e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos, 1,8%. As vendas do comércio varejista, conceito que exclui os segmentos veículos, motos, partes e peças, e material de construção, aumentaram 0,7% no trimestre encerrado em outubro 2011, em relação ao finalizado em julho, quando, neste tipo de análise, haviam expandido 1,5%, considerados dados dessazonalizados. Assim como as vendas do comércio ampliado, outros indicadores sugerem moderação do setor varejista. As vendas reais do setor supermercadista, segmento com peso aproximado de 32% na PMC, cresceram 0,5% no trimestre finalizado em outubro 2011, em relação ao encerrado em julho, considerados dados dessazonalizados da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). O índice Serasa de Atividade do Comércio, de abrangência nacional, construído a partir de consultas mensais realizadas pelos estabelecimentos comerciais, aumentou 0,9% no trimestre encerrado em novembro 2011, em relação ao trimestre finalizado em agosto, quando havia crescido 2,1%. As vendas dos segmentos mais relacionados às condições de crédito seguiram em trajetória de retração no início do último trimestre do ano, mas em menor intensidade do que em meses anteriores. Nesse contexto, as vendas de automóveis e comerciais leves, divulgadas pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), decresceram 0,6% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto, quando haviam recuado 2%. Os indicadores de inadimplência seguem em patamar mais elevado do que em iguais períodos do ano anterior. A relação entre o número de cheques devolvidos por insuficiência de fundos e o total de cheques compensados atingiu 6,4% em outubro 2011, ante 5,6% em igual mês de 2010, ressaltando-se os aumentos respectivos de 1,6 p.p. e 1,3 p.p. nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Os principais indicadores destinados a avaliar as expectativas dos consumidores aumentaram na margem e seguem em patamares elevados, embora inferiores aos observados em períodos correspondentes de 2010. Nesse contexto, considerados dados dessazonalizados, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou elevação mensal de 3,3% em novembro 2011, reflexo de aumentos respectivos de 5,2% e 2% no Índice da Situação Atual (ISA) e no Índice de Expectativas (IE). Comparativamente a novembro de 2010, entretanto, os indicadores mencionados registraram recuos respectivos de 4,1%, 4,9% e 3,6%. O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (Inec), divulgado mensalmente a partir de março de 2010, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registrou aumento mensal de 0,4% em novembro 2011, terceiro resultado positivo em sequência, nesse tipo de comparação. Os componentes relativos a expectativas em relação à renda pessoal e à inflação e a intenção de compras de bens de maior valor exerceram as contribuições mais acentuadas para a evolução do indicador, no período. O Índice Nacional de Confiança (INC), elaborado pela Ipsos Public Affairs para a ACSP, registrou crescimento mensal de 1,9% em outubro 2011, terceiro aumento consecutivo nesta base de comparação. O indicador atingiu 157 pontos, elevando-se 3,3% em relação a igual mês de 2010 e situando-se 6 pontos abaixo do recorde de dezembro de 2010. Segmentado por classes de renda, o INC relativo à classe C permaneceu em patamar mais elevado e aumentou 5,2% em relação a setembro, enquanto os indicadores associados às classes A/B e D/E experimentaram variações mensais de 0,6% e -2,2%. Regionalmente, ocorreram aumentos mensais no INC do Nordeste, 6,2%; Sudeste, 3,7%; e Sul, 0,5%, e recuo de 14,4% no relativo ao Norte/Centro-Oeste. O ICC, divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) e restrito ao município de São Paulo, atingiu 155,4 pontos em novembro 2011, ante 151,9 pontos em outubro, ressaltando-se o crescimento mensal de 3,7% no Índice de Expectativa do Consumidor (IEC).

A produção física da indústria recuou 1,8% no trimestre encerrado em outubro 2011, em relação ao finalizado em julho, quando havia decrescido 0,8%, neste tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIMPF), do IBGE. A evolução trimestral na produção industrial decorreu de recuos em todas as categorias de uso, com ênfase na retração de 7,4% na indústria de bens de consumo duráveis. Ocorreram, adicionalmente, reduções respectivas de 2,3%, 1,4% e 1,1% nas produções de bens de capital, de bens de consumo semi e não duráveis e de bens intermediários. O desempenho desfavorável na

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

indústria de bens de consumo duráveis evidenciou a retração da atividade veículos automotores, que, de acordo com estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) dessazonalizadas pelo Banco Central, atingiu 8,5% no trimestre encerrado em novembro, em relação ao terminado em agosto. Esse resultado decorreu de redução de 9,3% na produção de veículos leves e aumentos respectivos de 0,9% e 14,2% nas relativas a caminhões e ônibus.

O índice de pessoal ocupado assalariado, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Empregos e Salários (Pimes) do IBGE, recuou 0,1% no trimestre encerrado em outubro, em relação ao finalizado em julho. No mesmo período, a folha de pagamento real se elevou 1,5%. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de transformação atingiu, de acordo com dados dessazonalizados da Sondagem da Indústria de Transformação (SIT), da FGV, 83,3% em novembro 2011, ante 83,6% em agosto, resultado de reduções nos indicadores das indústrias de bens de consumo duráveis, 3,2 p.p.; bens de consumo não duráveis, 1,3 p.p.; bens intermediários, 0,7 p.p.; e bens de capital, 0,2 p.p. Os estoques na indústria mostraram elevação ao longo do segundo semestre do ano. De acordo com a Sondagem da Indústria de Transformação da FGV, o índice de estoques na indústria² situou-se em 104,4 pontos em julho 2011, atingiu 108,5 pontos em outubro e recuou para 107,8 pontos no mês seguinte. Comparativamente a novembro de 2010, entretanto, o indicador aumentou 9 pontos. O Índice de Confiança da Indústria³ (ICI) da FGV, em ambiente de acomodação desde o início do ano, atingiu 100,7 pontos em novembro, igual patamar do mês anterior, considerados dados dessazonalizados. O ICI médio do trimestre encerrado em novembro recuou 4,1 pontos em relação ao finalizado em agosto, registrando-se recuos nos indicadores relativos às indústrias de bens intermediários, 6,4 p.p.; bens de consumo duráveis, 6,3 p.p.; bens de capital, 4,6 p.p.; e bens de consumo não duráveis, 2,6 p.p. O Índice de Gerentes de Compras⁴ (PMI), considerados dados dessazonalizados da Markit, atingiu 48,7 pontos em novembro, situando-se abaixo de 50 pontos desde junho, patamar que sinaliza retração da atividade industrial. O Índice de Confiança de Serviços (ICS), da FGV, que reflete a confiança do empresariado do setor, registrou recuo mensal de 0,6% em novembro 2011, quarta retração consecutiva nessa base de comparação. O resultado decorreu de retração de 2,3% no componente relativo às expectativas (IE-S) e de elevação de 1,4% no indicador de situação atual (ISA-S). Ressalte-se, contudo, que o índice, ao situar-se em 128,9 pontos, acima da linha de indiferença, 100 pontos, segue sinalizando expectativas favoráveis em relação a continuidade de expansão do setor.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), ratificando a moderação na atividade econômica, recuou 0,3% no trimestre encerrado em setembro 2011, em relação ao finalizado em junho, quando se elevara 0,5%, nesse tipo de análise, considerados dados dessazonalizados. Consideradas variações interanuais, o indicador registrou crescimentos de 1,2% em setembro 2011 e de 1,7% em julho. A taxa de desemprego, seguindo em trajetória decrescente, atingiu 5,8% em outubro, ante 6,0% no mês anterior e 6,1% em outubro de 2010, de acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas do país. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 6,0% no trimestre encerrado em outubro, mesmo patamar registrado no trimestre finalizado em julho, resultado de crescimentos de 0,1% no pessoal ocupado e na População Economicamente Ativa (PEA).

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram criados 1.931,5 mil empregos formais nos dez primeiros meses do ano, ante 2.406,2 mil em igual período de 2010, dos quais 816,4 mil no setor de serviços, 375 mil na indústria de transformação, 268,4 mil no comércio e 249,2 mil na construção civil. O rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido pelos ocupados nas regiões metropolitanas abrangidas pela PME, cresceu 1% no trimestre encerrado em outubro, em relação a igual intervalo de 2010, ocorrendo ganhos reais de 2,8% no segmento de empregados sem carteira assinada e perdas reais de 0,1% no segmento formal. A análise por setores de atividade revela que os ganhos mais acentuados ocorreram nas atividades outros serviços, que agrega as atividades alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais, 4,9%; construção civil, 4,7%; serviços domésticos, 3,9%; e comércio, 3,3%. A massa salarial real, produto do rendimento médio real habitualmente recebido pelo número de ocupados, cresceu 2,8% no período.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

O PIB cresceu 2,1% no terceiro trimestre do ano 2011, em relação a igual intervalo de 2010, segundo as Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, acumulando expansão anual de 3,2%. Na margem, o PIB registrou estabilidade no terceiro trimestre do ano, de acordo com dados dessazonalizados. No âmbito da oferta, o setor de serviços registrou expansão de 2,0% no período, em termos interanuais, com ênfase no desempenho das atividades de serviços de informação, 4,4%, e intermediação financeira, seguros, previdência e serviços relacionados, 3,0%. A agropecuária cresceu 6,9, no mesmo período, impulsionada pelas culturas de laranja, feijão e mandioca, enquanto a atividade industrial aumentou 1% ressaltando-se o maior dinamismo nas atividades de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, 4%, e construção civil, 3,8%. A análise da demanda revela que a contribuição do componente doméstico para o crescimento interanual do PIB atingiu 2,4 p.p. no terceiro trimestre de 2011, ante 4,4 p.p. no trimestre encerrado em junho. O setor externo exerceu contribuições respectivas de -0,3 p.p. e -1,1 p.p. nos períodos mencionados, registrando-se, no trimestre encerrado em setembro, elevações de 5,8% nas importações e de 4,1% nas exportações. A análise na margem, sob a ótica da produção, evidencia o crescimento trimestral de 3,2% na agropecuária, contrastando com os recuos no setor de serviços, 0,3%, e na indústria, 0,9%, este o pior resultado trimestral do setor desde a crise internacional de 2008/2009. Em relação ao componente doméstico da demanda, ocorreram retrações no consumo das famílias, 0,1%; na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), 0,2%; e no consumo do governo, 0,7%. No âmbito do setor externo, as exportações cresceram 1,8% e as importações recuaram 0,4%.

Os investimentos, excluídas as variações de estoques, aumentaram 2,5% no terceiro trimestre de 2011, em relação a igual período de 2010, de acordo com as contas nacionais trimestrais do IBGE. Na margem, considerados dados dessazonalizados, a FBCF recuou 0,2% relativamente ao trimestre finalizado em junho 2011, primeira variação negativa nesse tipo de comparação desde o primeiro trimestre de 2009. O desempenho reflete, em parte, as consequências das adversidades no cenário internacional sobre as expectativas dos investidores. O crescimento interanual registrado pela FBCF no terceiro trimestre do ano resultou de elevações na produção de insumos da construção civil, 4,6%, e na absorção de bens de capital, 1%, esta decorrente de variações respectivas de 4,1%, 4,7% e -4,8% na produção, exportação e importação desses bens. O desempenho da produção de bens de capital foi sustentado, em especial, pelas expansões nas indústrias de equipamentos de transporte, 12,4%; de bens tipicamente industrializados, 8,6%; e de peças agrícolas, 8,8%.

Os desembolsos do sistema BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e BNDES Participações S.A. (BNDESpar) – somaram R\$91,6 bilhões nos nove primeiros meses de 2011. O recuo de 28,4% registrado em relação ao período equivalente do ano anterior refletiu, em especial, a retração de 58,9% nos desembolsos ao segmento indústria de transformação. Desconsiderado o desembolso de R\$24,8 bilhões relacionado à operação de capitalização da Petrobrás, realizado em setembro de 2010, os desembolsos totais e os destinados à indústria de transformação registram recuos respectivos de 11,3% e 32,8%, no período. Os desembolsos destinados aos setores comércio e serviços, agropecuária e indústria extrativa cresceram 1,8% em relação aos nove primeiros meses de 2010.

As taxas mensais de inflação, refletindo efeitos sazonais, elevaram-se no trimestre finalizado em novembro 2011, após registrarem trajetória declinante naquele encerrado em agosto. Os preços ao consumidor foram impactados, sobretudo, pelos aumentos nos preços monitorados e da alimentação. Os índices gerais de preços incorporaram as elevações nos preços industriais e nos preços agrícolas, no mercado atacadista. No mesmo sentido, os núcleos de inflação ao consumidor registraram, nos distintos critérios de cálculo, variações mais elevadas no trimestre encerrado em novembro do que no finalizado em agosto. Em parte refletindo efeitos sazonais, o IPCA aumentou 1,49% no trimestre encerrado em novembro 2011, ante 0,68% naquele finalizado em agosto, resultado das contribuições exercidas pelos preços livres, 1,09 p.p., e monitorados, 0,40 p.p. O índice de difusão do IPCA, indicando maior disseminação dos aumentos nos preços, atingiu média de 63,80% no trimestre encerrado em novembro, ante 58,85% naquele finalizado em agosto e 64,84% em igual período de 2010. O IPCA cresceu 5,97% nos onze primeiros meses de 2011, ante 5,25% no período correspondente de 2010, resultado das variações respectivas de -0,30 p.p., para 5,96%, nos preços livres, e de 3,14 p.p., para 6,00%, nos monitorados. Considerados períodos de 12 meses, o IPCA variou 6,64% em novembro 2011, ante 7,23% em agosto. Em 2011 variou 6,5%.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

O superávit primário do setor público consolidado atingiu R\$118,6 bilhões nos dez primeiros meses de 2011, 3,54% do PIB, elevando-se 0,66 p.p. do PIB em relação a igual período do ano anterior. Essa evolução refletiu, em especial, o aumento de 0,51 p.p. do PIB no superávit do Governo Central. No período de doze meses encerrado em outubro, o superávit do setor público consolidado atingiu 3,33% do PIB. A receita bruta do Governo Federal totalizou R\$631,1 bilhões, de janeiro a outubro deste ano, registrando crescimento de 5,6% e recuo de 1,1 p.p do PIB, relativamente ao mesmo período de 2010, com ênfase nos aumentos respectivos de 32,4% e 23,2% nos recolhimentos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Retido na Fonte. Ressalte-se que, desconsiderado o ingresso de R\$74,8 bilhões relativo à cessão onerosa de petróleo, em setembro de 2010, sem correspondência em 2011, o crescimento da receita bruta atingiria 20,7%, ou 1,5 p.p. do PIB, na mesma base de comparação.

Dezessete governadores de estado assinaram, em novembro 2011, termos de entendimento com o Ministério da Fazenda visando a ampliação do nível de endividamento em até R\$37 bilhões. O acordo busca viabilizar a elevação dos investimentos em infraestrutura, saneamento, saúde, educação, segurança, entre outras ações, devendo exercer desdobramentos favoráveis sobre a criação de empregos e, em decorrência, sobre a massa salarial e a arrecadação de tributos.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$356,2 bilhões nos dez primeiros meses do ano, reduzindo-se 3,2%, equivalentes a 1,6 p.p. do PIB, em relação a igual período de 2010. Desconsiderada a despesa de R\$ 42,9 bilhões com a capitalização da Petrobras, realizada em setembro de 2010 e sem correspondência em 2011, a redução nas despesas equivale a 0,2 p.p. do PIB. Os gastos com pessoal e encargos cresceram 9,3%, e as despesas com custeio e capital, excluída a capitalização da Petrobras, 9,4%. Os dispêndios com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) cresceram 17,7%. A Previdência Social registrou déficit de R\$ 36,2 bilhões nos dez primeiros meses de 2011, resultado 0,31 p.p. do PIB inferior ao registrado em igual intervalo de 2010. A arrecadação líquida da Previdência, refletindo o aumento da massa salarial e o aumento na formalização do emprego, cresceu 16,6%, e as despesas com benefícios previdenciários, traduzindo aumentos no valor médio das aposentadorias e auxílios, e na quantidade média dos benefícios, 10,4%.

A dívida mobiliária federal, avaliada pela posição de carteira, totalizou R\$1.732,6 bilhões em outubro, 43,1% do PIB, aumentando 0,8 p.p. do PIB em relação a julho e 0,1 p.p. do PIB em doze meses. A elevação trimestral decorreu de emissões líquidas realizadas no mercado primário, R\$ 21,6 bilhões; incorporação de juros nominais, R\$ 50,5 bilhões; e do impacto de R\$0,7 bilhão associado à depreciação cambial de 8,5%, no período. Em outubro 2011, as participações, no total da dívida mobiliária federal, dos títulos indexados à taxa *over/Selic*, dos prefixados e dos atrelados a índices de preços registraram, na ordem, acréscimos de 0,4 p.p., 1,4 p.p. e 1,0 p.p., em relação a julho, enquanto a relativa aos financiamentos do Banco Central, por meio das operações de mercado aberto, reduziu-se 2,9 p.p. O cronograma de amortização da dívida mobiliária em mercado, exceto operações de financiamento, registrou a seguinte estrutura de vencimentos em outubro: 2,2% do total em 2011; 19,3% em 2012; e 78,5% a partir de janeiro de 2013. Os títulos vincendos em 12 meses representaram 21,3% do total da dívida mobiliária em mercado, respeitando o intervalo de 21% a 25% estabelecido pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) 2011. O prazo médio de vencimento da dívida atingiu 42,3 meses, no intervalo do PAF 2011, de 42 a 44,4 meses.

A DLSP totalizou R\$1.535 bilhões, 38,2% do PIB, em outubro. O recuo de 1,9 p.p. do PIB registrado em relação a dezembro de 2010 decorreu de reduções em todos os segmentos do setor público, com destaque para a retração de 1,21 p.p. do PIB no âmbito do Governo Central. A redução registrada na relação DLSP/PIB no ano refletiu as contribuições do superávit primário, 3 p.p.; do crescimento do PIB corrente, 3,4 p.p.; da depreciação cambial de 1,3% acumulada no ano, 0,2 p.p.; e da variação da paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida, 0,3 p.p. do PIB, neutralizadas, em parte, pelo impacto da apropriação dos juros nominais, 4,9 p.p. do PIB. A composição da DLSP alterou-se ao longo dos primeiros dez meses de 2011, com destaque para o crescimento de 9,3 p.p., para 72,8%, da parcela vinculada à taxa *Selic*, que representava 63,5% do endividamento líquido total em dezembro de 2010. A parcela credora vinculada ao câmbio passou de 27,5% para 34,6%, no período.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

Ressalte-se, ainda, o crescimento da parcela vinculada a índices de preços e da parcela credora vinculada à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), essa última em função da ampliação dos empréstimos da União ao BNDES. A Dívida Bruta do Governo Geral (Governo Federal, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, governos estaduais e governos municipais) atingiu R\$2.226,3 bilhões, 55,4% do PIB, em outubro, aumentando 0,7 p.p. do PIB no ano, com ênfase no impacto da apropriação de juros nominais sobre o estoque da dívida existente.

No âmbito das pessoas jurídicas, a moderação da atividade contribuiu para conter a demanda no segmento de crédito com recursos livres. No mesmo sentido, ocorreram retrações nos financiamentos com recursos direcionados, e nas captações mediante emissões no mercado de capitais, sobretudo de ações e debêntures. O crédito ao consumo, ainda sensibilizado pelas medidas macroprudenciais implementadas em dezembro de 2010, manteve desempenho moderado. No entanto, a reversão parcial das medidas, anunciada em novembro 2011, tende a contribuir para a expansão dos empréstimos nas modalidades crédito pessoal e do financiamento de veículos.

No âmbito fiscal, o resultado primário acumulado no ano 2011, reflexo do desempenho da arrecadação e de maior moderação das despesas, indica a viabilidade do cumprimento integral da meta de superávit anual. O cumprimento da meta e a manutenção da trajetória descendente da relação DLSP/ PIB são indicativos relevantes da sustentabilidade das contas públicas brasileiras, perspectiva que ganha contornos mais importantes no atual cenário de deterioração do ambiente econômico internacional.

Apesar da evolução desfavorável no trimestre encerrado em novembro, em comparação ao finalizado em agosto, a análise em doze meses revela trajetória benigna do IPCA. Prospectivamente, a inflação deverá enfrentar pressões altistas no primeiro trimestre de 2012, entre outras, associadas aos aumentos sazonais das matrículas e mensalidades escolares e dos preços de alimentos *in natura*.

As concessões de crédito pelo sistema financeiro registraram moderação no trimestre encerrado em novembro, comportamento consistente com o efeito das ações de política sobre a demanda doméstica, evidenciado pela moderação de indicadores de consumo e investimento. O cenário atual do mercado de crédito contempla redução das taxas de juros e elevação moderada dos *spreads* bancários e da inadimplência, com relativa estabilidade nos prazos médios das carteiras. Os financiamentos bancários seguem apresentando crescimento mais acentuado nas operações referenciadas em recursos direcionados, com ênfase no dinamismo do crédito habitacional. As provisões constituídas pelas instituições financeiras totalizaram R\$113,8 bilhões em novembro 2011, expandindo-se 6,2% no trimestre e representando 5,7% do total de crédito do sistema financeiro. Os empréstimos a pessoas físicas somaram R\$ 644 bilhões, aumentando 4,5% no trimestre, com ênfase nas expansões respectivas de 3,5% e 4% nas modalidades crédito pessoal e financiamentos de veículos.

A taxa média de juros relativa ao crédito referencial atingiu 38,5% a.a. em novembro 2011, variando -1,2 p.p. no trimestre e 3,7 p.p. em relação a igual mês de 2010. O *spread* bancário situou-se em 28,2 p.p., registrando acréscimos respectivos de 0,4 p.p. e de 4,6 p.p. nas bases de comparação mencionadas. A taxa média de juros atingiu 44,7% no segmento de pessoas físicas, recuando 1,5 p.p. no trimestre e elevando-se 5,6 p.p. em doze meses, e 29,8% no segmento de pessoas jurídicas, variando -1,1 p.p. e 1,2 p.p., respectivamente.

A curva da taxa de juros se deslocou significativamente para baixo durante o trimestre, especialmente no caso de vértices para prazos mais longos. As taxas de juros futuros dos contratos de *swap* DI x pré de 30 dias encerraram novembro 2011 a 10,85% a.a., redução de 144 p.b. no trimestre, e as relativas aos contratos de 360 dias atingiram 9,66% a.a., recuando 156 p.b. no período. A pesquisa Relatório de Mercado de 30 de Novembro 2011, realizada pelo Banco Central, apontou retração da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) real *ex-ante* para os próximos doze meses, que recuou para 4,4% a.a., ante 6,7% a.a. no final do trimestre anterior. Esse resultado acompanhou a evolução das projeções para a taxa Selic para os próximos doze meses, que retrocedeu de 12,50% a.a. para 10,21% a.a., nesse período.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) atingiu 56.754 pontos ao final de dezembro 2011. O Ibovespa recuou 18,1% nos últimos 12 meses, traduzindo o efeito da depreciação cambial de -8,0%, enquanto os índices Dow Jones e Nasdaq elevaram-se 6,1% e 0,4%, respectivamente.

As emissões primárias de ações, debêntures, notas promissórias e a colocação de recebíveis de direitos creditórios totalizaram R\$22,1 bilhões nos onze primeiros meses de 2011, ante R\$164,4 bilhões em igual período do ano anterior. Esse desempenho, condicionado pela retração dos negócios, bem como pelos expressivos volumes emitidos pela Petrobras em 2010, refletiu as reduções nas emissões de ações e de debêntures, que somaram, respectivamente, R\$13,5 bilhões e R\$3 bilhões, ante, na ordem, R\$141,9 bilhões e R\$13,6 nos onze primeiros meses de 2010.

O crescimento do PIB em 2012 está estimado em 3,5%. No âmbito da oferta, a agropecuária deverá crescer 2,5% no ano, evolução decorrente de aumento de 0,6% na safra de grãos¹, e de maior dinamismo nas demais culturas, especialmente café, e na produção da pecuária. O setor industrial deverá crescer 3,7%, com destaque para as elevações de 5% nos segmentos extrativa mineral e construção civil, esta favorecida pelas obras governamentais e pela continuidade de expansão do crédito imobiliário. A expansão da indústria de transformação está estimada em 3%, taxa superior à projetada para 2011. Esse desempenho se explica, entre outros, pelos efeitos, que são defasados e cumulativos, de ações de política monetária implementadas no segundo semestre de 2011 e de aumento de transferências governamentais esperadas para o primeiro trimestre de 2012. A produção e distribuição de eletricidade, gás e água deverá aumentar 3,6% no ano, registrando-se aumentos nos segmentos industrial, comercial e residencial. crescimento previsto para o setor de serviços é de 3,3%, ressaltando-se as projeções de crescimento para as atividades serviços de informação, 4,5%, e intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relativos, 6,5%, esta acompanhando a evolução esperada para o volume de crédito. As atividades transporte, armazenagem e correio, e comércio devem crescer 3,9% e 3,6%, respectivamente, influenciadas pelo desempenho do setor industrial.

No âmbito da demanda, projetam-se aumentos respectivos de 4% e 3,2% para o consumo das famílias e do governo. A estimativa para o componente privado, menor taxa anual desde 2004, é compatível com um crescimento moderado do crédito às pessoas físicas e com a relativa acomodação do mercado de trabalho. A FBCF deverá crescer 5%, compatível com as perspectivas para construção civil e para a absorção de bens de capital. A contribuição da demanda doméstica para a expansão anual do PIB em 2012 deverá totalizar 4 p.p. As exportações e importações de bens e serviços deverão aumentar, respectivamente, 3% e 7%, em 2012, trajetórias compatíveis com o diferencial de crescimento da economia brasileira e de seus parceiros comerciais. Esse desempenho implica em contribuição negativa de 0,5 p.p. do setor externo para o PIB em 2012, inferior à observada em 2010 e à estimada para 2011.

De acordo com a Pesquisa Focus – Relatório de Mercado de 25 de novembro, as medianas das projeções relativas às variações anuais do IPCA 2012 5,6%, ante 5,5%, ao final de setembro 2011. A mediana das projeções para a inflação doze meses à frente – suavizada – situou-se em 5,58%, ante 5,71% em 30 de setembro de 2011. A mediana da taxa de câmbio projetada pelo mercado para o final de 2012 aumentou de R\$1,70/US\$ para R\$1,75/US\$. As medianas das projeções para a taxa de câmbio média relativa a 2012 registraram avanços de R\$1,71/US\$ para R\$1,75/US\$, no período.

Fonte: Banco Central do Brasil – Bacen, Relatório de Inflação, v. 13, nº 4, dez. 2011, p. 1-153.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

7.3 Projeções de Indicadores no Curto e Médio Prazo

INDICADOR	2012			2013	2014
	Pessimista	Base	Otimista		
IPCA (%)	6,00	5,41	4,00	4,50	4,50
IGPM (%)	6,00	5,50	4,50	5,00	5,00
Taxa de câmbio - fim de período (R\$ / US\$)	1,75	1,80	1,90	1,80	1,90
Meta Taxa Selic - fim de período (% a.a)	10,00	9,50	9,00	9,00	9,00
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	43,50	40,00	39,00	39,00	38,00
PIB (% de crescimento)	2,00	3,00	3,50	3,00	4,00
Produção industrial (% de crescimento)	2,00	2,50	3,50	3,00	3,50
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-70,00	-65,00	-50,00	-50,00	-45,00
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	17,00	20,00	23,00	20,00	25,00
Invest. Estrangeiros Direto (US\$ Bilhões)	45,00	50,00	65,00	45,00	40,00
Preços Administrados (%)	5,00	4,50	2,80	3,50	3,00

7.4 Cenário para 2012

INDICADOR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
IPCA (%)	0,87	0,79	0,75	0,67	0,47	0,16	0,18	0,27	0,20	0,28	0,29	0,35
Taxa da Meta Atuarial - TMA - IPCA (%)	1,38	1,23	1,26	1,14	0,98	0,62	0,69	0,80	0,64	0,79	0,75	0,81
Acumulação dos percentuais	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
IPCA (%)	0,87	1,67	2,43	3,12	3,60	3,77	3,95	4,23	4,44	4,73	5,04	5,41
TMA - IPCA (%)	1,38	2,63	3,92	5,1	6,13	6,79	7,53	8,39	9,08	9,95	10,77	11,67

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

11. Limites para Alocação dos Recursos

A Resolução do CMN N° 3922/2010, define os Limites para Macro-Alocação das aplicações financeiras do RPPS, conforme tabela no item 12.2.

11.1. Renda Fixa

Nesta modalidade, estão presentes os Títulos de emissão do Tesouro Nacional, cujo risco é soberano, os Fundos de Investimentos, Depósitos em Poupança, os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e as Operações compromissadas. Abaixo apresentamos uma resumida explicação a respeito de cada um deles.

11.1.1. Títulos Públicos

Os títulos de emissão do Tesouro Nacional que compõe a carteira deverão ser registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) Conforme previsto na Resolução BACEN/CMN, N° 3922/2010, em seu artigo 7º, inciso I, alínea “a”, os recursos em moeda corrente do Instituto poderão ser alocados integralmente na modalidade de títulos públicos, desde que negociados em plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

Os principais títulos negociados no mercado, partindo dos princípios de liquidez, segurança e rentabilidade. São:

- Letra Financeira do Tesouro (LFT) - Título com rentabilidade diária vinculada à taxa de juros básica da economia (taxa Selic) e os mais líquidos da categoria.
- Letra do Tesouro Nacional (LTN) - Título Pré – Fixado, rentabilidade definida no momento da compra, com o resgate do valor do título na data do vencimento do mesmo.
- Nota do Tesouro Nacional - série C (NTN-C) - Título Pós – Fixado, com a rentabilidade vinculada à variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), acrescida de juros definidos no momento da compra.
- Nota do Tesouro Nacional - série B (NTN-B) - Título Pós – Fixado, com a rentabilidade vinculada à variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acrescida de juros definidos no momento da compra. O pagamento dos juros é semestral e o resgate do valor nominal atualizado ocorre na data de vencimento do título.
- Nota do Tesouro Nacional – série F (NTN-F) - Título Pré – Fixado, com rentabilidade definida no momento da compra, com o resgate do valor do título na data do vencimento do mesmo. O pagamento dos juros é semestral e o resgate do valor nominal atualizado ocorre na data de vencimento do título.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

11.1.2. Fundos de Investimentos Exclusivo em Títulos Públicos Federais

As aplicações, em fundos de investimentos composto exclusivamente em títulos públicos federais, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidas no Art. 7º Inciso I, letra “b”, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe devem ter, 100% do seu patrimônio líquidos representados, isolada ou cumulativamente, por: títulos de emissão do Tesouro Nacional;

11.1.3. Operações Compromissadas

Alocação em operações compromissadas até o limite de 15%, deverão ser lastreadas exclusivamente pelos títulos definidos na alínea “a” do inciso I da resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010, em seu artigo 7º.

11.1.4. Fundos de Investimentos Referenciados em Indicadores de Renda Fixa

As aplicações em fundos de investimentos de Renda Fixa ou Referenciados em Indicadores de Renda Fixa deverão ser lastreados em índices Anbima(IMA ou IDKA) e até 50% em títulos privados e atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º, Inciso III, da Resolução CMN 3922/2010.

11.1.5. Fundos de Investimentos em Renda Fixa

Concentração de 30% nas aplicações em fundos de investimentos deverão atender os limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º, Inciso IV, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe caracterizam-se por ter suas carteiras representadas em até 50% em títulos privados.

11.1.6. Poupança

As aplicações atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º Inciso V, da Resolução CMN, Nº 3922/2010.

11.1.7. Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios em Condomínio Aberto

As aplicações em fundos de investimentos atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º Inciso VI, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os FIDCs também conhecido como Fundos de Recebíveis foram criados com o objetivo de dar liquidez ao Mercado de crédito, reduzindo o risco e ampliando a oferta de recursos. Observar os limites de alocação, conforme parágrafo 5º do referido artigo supra, e a classificação do risco determinada por uma agência classificadora de *Rating*.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

11.1.8. Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios em Condomínio Fechado

As aplicações em fundos de investimentos atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º Inciso VII, letra “a” da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Fundo fechado: o condomínio cujas cotas somente são resgatadas ao término do prazo de duração do fundo ou de cada série ou classe de cotas, conforme estipulado no regulamento, ou em virtude de sua liquidação, admitindo-se, ainda, a amortização de cotas por disposição do regulamento ou por decisão da assembléia geral de cotistas.

11.1.9. Fundos de Investimentos de Renda Fixa “ Crédito Privado”

Concentração de 5% nas aplicações em fundos de investimentos deverão atender os limites e diretrizes estabelecidos no Art. 7º, Inciso IV, letra “b”, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe caracterizam-se por ter sua carteira indicadores de renda fixa em Crédito Privado.

11.2. Renda Variável

Nesta modalidade, estão presentes os Fundos de Investimentos em Ações, Fundos Imobiliários, Fundos em Participações (fechado), e Fundos Multimercados (abertos), cujo a volatilidade é acentuada e se faz necessário uma gestão ativa e profissional para aproveitar as oportunidades do mercado. Abaixo apresentamos uma resumida explicação a respeito de cada um deles.

11.2.1. Fundos de Investimentos de Ações Referenciados

As aplicações em fundos de investimentos referenciados classificados como ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 8º, inciso I, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. São classificados na categoria os Fundos que identifiquem em sua política de investimentos indicador de desempenho vinculado aos índices: Ibovespa, IBrX ou IBrX-50.

11.2.2. Fundos de Investimentos de Índices Referenciados em Ações

As aplicações em fundos de investimentos de ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 8º, Inciso II, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

11.2.3. Fundos de Investimentos em Ações

As aplicações em fundos de investimentos de ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 8º, Inciso III, da Resolução CMN, Nº 3922/2010. Para se classificados nessa classe, o fundo os devem possuir, no mínimo, 67% da carteira em ações, *units* (recibos de ações), bônus ou recibos de subscrição de ações, certificados de depósitos de ações, cotas de fundos de ações e cotas de fundos de índice de ações, e *Brazilian Depositary Receipts* – BDR – níveis II e III, desde que tais títulos sejam admitidos à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidades do mercado de balcão organizado.

O patrimônio líquido do fundo de ações que exceder o percentual mínimo de 67% poderá ser aplicado em quaisquer outras modalidades de ativos financeiros desde que respeitados cumulativamente os limites por emissor de títulos e sejam também considerados os limites de concentração por modalidade de ativo financeiro estabelecidos nas IN CVM 409 E 450.

11.2.4. Fundos de Investimentos Multimercado (Condomínio Aberto)

As aplicações em fundos de investimentos de ações, atenderão aos limites e diretrizes estabelecidos no Art. 8º, Inciso IV, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010. Os fundos classificados nessa classe devem possuir de investimentos que envolvam vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em qualquer fator em especial ou em fatores diferentes das demais classes de ativos previstas na classificação dos fundos de investimento. O grande atrativo desses fundos é não só a sua flexibilidade para a aplicação em diferentes tipos de ativos, tais como ações, juros, moedas e derivativos, mas, também, os diferentes estilos de estratégia de gestão desses ativos que podem ser utilizados.

11.2.5. Fundos de Investimentos em Participações

Os FIPs são fundos constituídos sob a forma de condomínio fechado e destinam-se à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em papéis de companhias abertas ou fechadas. A estruturação dos FIPs, regulamentada pela Instrução 391 da CVM. Característica marcante é a exigência legal de participação efetiva dos FIPs na definição da política estratégica e de gestão das companhias investidas, o que traz ao investidor a segurança de que os recursos aportados serão utilizados de acordo com diretrizes pré-definidas, atende as diretrizes e os limites estabelecidos no art. 8º, Inciso V, da Resolução BACEN/CMN, Nº 3922/2010;

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

11.2.6. Fundos de Investimentos Imobiliários

O Fundo de investimento imobiliário é uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários. Somente poderá ser adquiridas cotas de Fundos negociadas em Bolsa de Valores, atende o Art 8º, inciso V, da Resolução BACEN/CMN, N° 3922/2010.

11.3. Imóveis

As alocações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os terrenos ou imóveis vinculados por lei ao regime próprio de previdência social, conforme Art. 9º e parágrafo único da Resolução CMN 3922/2010. Tais Imóveis poderão ser utilizados para a aquisição de cotas de fundos de investimentos imobiliário, cujas cotas sejam negociadas em ambiente de bolsa de valores.

11.4. Limites para Emissão ou Coobrigação de Uma Mesma Pessoa Jurídica

As aplicações em quaisquer títulos ou valores mobiliários de emissão ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de sua controladora, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não podem exceder, no seu conjunto, 50% (Cinqüenta por cento) dos recursos em moeda corrente do RPPS, aí computados não só os objetos de compra definitiva, mas, também, aqueles objetos de empréstimo e de operações compromissadas e os integrantes das carteiras dos fundos de investimentos que compoem a carteira de investimentos do instituto.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

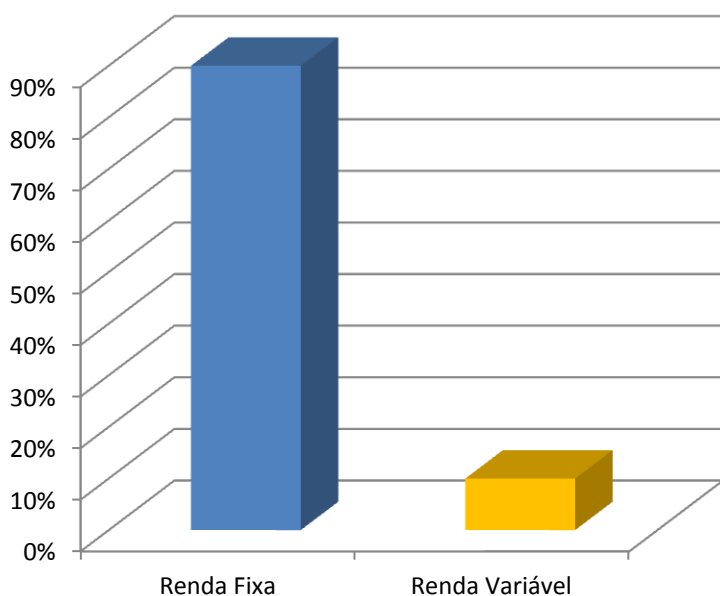
12. Carteira Prevista de Investimentos - 2012

Apesar do seu **déficit atuarial**, o IPAM optou por uma gestão com perfil mais MODERADO.

12.1. Macro Alocação

Na alocação macro ficam definidos para o ano de 2012 os limites de **85% para Renda Fixa** e de **15% para Renda Variável**.

Gráfico de Macro Alocação



RENDA FIXA = 85%
RENDA VARIÁVEL = 15%

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

12.2. Micro Alocação

RENDA FIXA					
RESOLUÇÃO CMN 3922/2010	DISCRIMINAÇÃO	BENCHMARK	OBSERVAÇÃO	% PERMITIDO	LIMITES APROVADOS
ART. 7º INCISO I, Letra A	Títulos Públicos registrado no Selic		Plataforma Eletrônica	100,00%	0,00%
ART. 7º INCISO I, Letra B	FI condominio aberto, 100% TPF	Subíndices IMA ou IDKA		100,00%	30,00%
ART. 7º INCISO II	Operações Compromissada atreladas TPF		Plataforma Eletrônica	15,00%	0,00%
ART. 7º INCISO III	FI condominio aberto, Renda Fixa ou Referenciado	Subíndices IMA ou IDKA	Baixo Risco de Credito / 20% por emissor	80,00%	10,00%
ART. 7º INCISO IV	FI condominio aberto, Renda Fixa ou Referenciado		Baixo Risco de Credito / 20% por emissor	30,00%	30,00%
ART. 7º INCISO V	Poupança		Não seja de Banco vinculado ao Ente	20,00%	0,00%
ART. 7º INCISO VI	FI em Diretos Creditórios, condominio aberto		Baixo Risco de Credito / 20% por emissor	15,00%	10,00%
ART. 7º INCISO VII Letra A	FI em Diretos Creditórios, condominio fechado		Baixo Risco de Credito / 20% por emissor	5,00%	5,00%
ART. 7º INCISO VII Letra B	FI de Renda Fixa ou Referenciado - Credito Privado		Baixo Risco de Credito / 20% por emissor	5,00%	0,00%
RENDA VARIÁVEL					
RESOLUÇÃO CMN 3922/2010	DISCRIMINAÇÃO	BENCHMARK	OBSERVAÇÃO	% PERMITIDO	LIMITES APROVADOS
ART. 8º INCISO I	FI em Ações, condominio aberto	Ibovespa, IBrX, IBrX50	Fundos passivos, vinculados aos Índices	30,00%	0,00%
ART. 8º INCISO II	FI de Índices referenciados em ações,	Ibovespa, IBrX, IBrX50	Negociados na Bolsa de Valores	20,00%	0,00%
ART. 8º INCISO III	FI em Ações, condominio aberto	Ibovespa, IBrX, IBrX50	Fundos Ativos	15,00%	5,00%
ART. 8º INCISO IV	FI Multimercados, condominio aberto		Sem alavancagem	5,00%	0,00%
ART. 8º INCISO V	FI em Participações, condominio Fechado			5,00%	5,00%
ART. 8º INCISO VI	FI Imobiliários, condominio Aberto		Negociados na Bolsa de Valores	5,00%	5,00%
TOTAL					100,00%

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

12.2.1. Mapa de Projeção de Rentabilidade da Micro Alocação

RENDA FIXA										
DISCRIMINAÇÃO	BENCHMARK	Limite Máximo dos Recursos Garantidores	ALOCAÇÃO	PARTIC. %	REF	PREV P/ 2012	META RENT %	% RENT.	RETORNO	MONTANTE
Titulos Públicos registrado no Selic		100%	0,00	00,00%	CDI	9,50%	120,00%	11,40%	0,00	0,00
FI condominio aberto, 100% TPF	Subíndices IMA ou IDKA		53.490.412,65	30,00%	IMA-B	9,50%	120,00%	11,40%	6.097.907,04	59.588.319,69
Operações Compromissada atreladas TPF		15%	0,00	0,00%	CDI	9,50%	120,00%	11,40%	0,00	0,00
FI condominio aberto, RF ou Referenciado	Subíndices IMA ou IDKA	80%	17.830.137,55	10,00%	IMA-B	9,50%	120,00%	11,40%	2.032.635,68	19.862.773,23
FI condominio aberto, RF ou Referenciado		30%	53.490.412,65	30,00%	CDI	9,50%	130,00%	12,35%	6.606.065,96	60.096.478,61
Poupança		20%	0,00	0,00%	CDI	9,50%	60,00%	5,70%	0,00	0,00
FI em Diretos Creditórios, condominio aberto		15%	17.830.137,55	10,00%	CDI	9,50%	130,00%	12,35%	2.202.021,99	20.032.159,54
FI em Diretos Creditórios, condominio fechado		5%	8.915.068,78	5,00%	CDI	9,50%	135,00%	12,82%	1.143.357,57	10.058.426,35
FI de RF ou Referenciado - Credito Privado		5%	0,00	0,00%	CDI	9,50%	120,00%	11,40%	0,00	0,00
RENDA VARIÁVEL										
DISCRIMINAÇÃO	BENCHMARK	Limite Máximo dos Recursos Garantidores	ALOCAÇÃO	PARTIC. %	REF	PREV P/ 2012	META RENT %	% RENT.	RETORNO	MONTANTE
FI em Ações, condomínio aberto	Ibovespa, IBrX, IBRX50	30%	0,00	0,00%	IBOVESPA	15,00%	100,00%	15,00%	0,00	0,00
FI de Índices referenciados em ações,	Ibovespa, IBrX, IBRX50	20%	0,00	0,00%	IBOVESPA	15,00%	100,00%	15,00%	0,00	0,00
FI em Ações, condomínio aberto	Ibovespa, IBrX, IBRX50	15%	8.915.068,78	5,00%	IBOVESPA	15,00%	100,00%	15,00%	1.337.260,32	10.252.329,10
FI Multimercados, condomínio aberto		5%	0,00	0,00%	CDI	10,00%	100,00%	10,00%	0,00	0,00
FI em Participações, condomínio Fechado		5%	8.915.068,78	5,00%	CDI	9,50%	150,00%	14,25%	1.270.397,30	10.185.466,08
FI Imobiliários, condomínio Aberto		5%	8.915.068,78	5,00%	CDI	9,50%	150,00%	14,25%	1.270.397,30	10.185.466,08
TOTAL CARTEIRA			178.301.375,52	100,00%	CDI	10,20%	120,75%	12,32%	21.960.043,16	200.261.418,68
RETORNO SOBRE TMA			TMA – IPCA		11,67%	105,54%				

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

12.3. Cenários dos Retornos Esperados

A diretoria do RPPS após análise das perspectivas internacionais e nacionais vislumbra os seguintes cenários de retorno do investimento:

A diretoria EXECUTIVA do IPAM após análise das perspectivas internacionais e nacionais vislumbra os seguintes cenários de retorno do investimento:

Nos cenários apresentados, consideramos uma expectativa de rentabilidade de **12,32%** para carteira global do IPAM, superando a Meta Atuarial projetada em **11,67%**, conforme o quadro de projeções para 2012. Este resultado será possível com a diversificação que o IPAM promoverá na implantação da presente política de investimentos. Contudo, é importante ressaltar que o quadro acima reflete as **expectativas de mercado** no intervalo de 1 (um) ano, de janeiro a dezembro, e terá de adequar o portfólio do IPAM à política a fim de que os resultados esperados possam concretizar-se .

13. Vedações

- Aquisição de títulos públicos federais que não sejam registrados na SELIC;
- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundos de investimentos cuja carteira contenha, direta ou indiretamente, direitos creditórios em que o ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aceite, aval ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- Aplicar recursos na aquisição de cotas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios) não padronizados;
- Praticar as operações denominadas day-trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;
- Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução 3922/2010;
- Contratar empresa para prestar serviços de consultoria de investimentos sem registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na categoria de Consultoria de Valores Mobiliários.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

14. Disposições Gerais

Atendendo ao § 3º do Art. 1º da Portaria SPS Nº 519/2011, o relatório da política de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas, deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

14.1 Vigência

O prazo de vigência desta Política de Investimentos compreende o período de 01/01/2012 a 31/12/2012.

14.2. Reavaliações

As aplicações que não estiverem claramente definidas nesse documento, e que não estiverem de acordo com as diretrizes de investimento ou em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Conselho Municipal de Previdência de Porto Velho para avaliação.

A política de investimentos foi desenvolvida, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses e poderá, **JUSTIFICADAMENTE**, ser revista no curso de sua execução, com vistas à adequação ao comportamento da conjuntura do mercado ou a nova legislação.

14.3. Forma de Divulgações

As informações contidas na política anual de investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas pelos responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social aos seus segurados e pensionistas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua aprovação, **por meio eletrônico**, no web site do IPAM.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

14.4. Responsabilidade do Gestor de Investimentos

O responsável pela gestão dos recursos do regime próprio de previdência social deverá ser pessoa física vinculada ao ente federativo e a unidade gestora do regime como servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, apresentado formalmente designado para a função por ato da autoridade competente. Deverá ter sido aprovado em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no Mercado brasileiro de capitais. Assinará, conjuntamente com o Gestor do RPPS nas decisões de alocações dos recursos financeiros.

14.5. Deliberações dos Membros do Conselho e Diretoria Executiva

A política anual de investimentos dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões deverão ser aprovadas pelo órgão superior de supervisão e deliberação, antes de sua implementação.

A Política de Investimentos do IPAM foi aprovada através da Resolução do CMP – Conselho Municipal de Previdência de Porto Velho, nº 002 de 07 de Dezembro de 2011.

Porto Velho – RO, 07 de Dezembro de 2011.

JOÃO HERBETY PEIXOTO DOS REIS
Diretor Presidente do IPAM

ODALICE PEREIRA DA SILVEIRA TINOCO
Gestora do IPAM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

CMP – Conselho Municipal de Previdência de Porto Velho

BRANDINA AMÉLIA LEONARDO PINTO GONÇALVES
Presidente do CMP

FRANCIMAR ALVES DE OLIVEIRA
Vice Presidente de CMP

ZENILDO DE SOUZA SANTOS
Membro

GENTIL GOMES DE CASTRO
Membro

ELIS SOLANGE ALENCAR DE SOUZA
Membro

JULIETA FELICIANA PANTOJA
Membro

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM

CMP – Conselho Municipal de Previdência de Porto Velho

LÚCIA VALÉRIA DE LIMA E SILVA MOREIRA

Membro

VALDENÍZIA DOS SANTOS VIEIRA TINÔCO

Membro

ROSIMAR GONÇALVES VIANA XAVIER

Membro

MARIA MADALENA ALVES DOS SANTOS

Membro

BÓRIS ALEXANDER GONÇALVES DE SOUZA

Membro

MOACIR DE SOUZA MAGALHÃES

Membro